

CONSELHO DELIBERATIVO DO FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR

ATA DA 121ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CODEFAT

DATA: 30 de outubro de 2013.

LOCAL: Sala de Reuniões, 4º andar, sala 433, Bloco F, Esplanada dos Ministérios.

PARTICIPANTES: Quintino Marques Severo, Presidente do CODEFAT e Conselheiro Titular Representante da CUT; Antonio Sérgio Alves Vidigal, Vice-Presidente do CODEFAT e Conselheiro Titular Representante do MTE; Rodolfo Péres Torelly, Secretário-Executivo do CODEFAT; Marcus Pereira Aucélio, Conselheiro Titular Representante do MF; Vera Lúcia de Oliveira, Conselheira Titular Representante do MAPA; João Luiz Guadagnin, Conselheiro Suplente Representante do MDA; Rogério Nagami Costanzi, Conselheiro Suplente Representante do MPS; Elba Cristina Lima Rego, Conselheira Suplente Representante do BNDES; Manoel Joaquim de Carvalho Filho, Conselheiro Suplente Representante do MF; Sérgio Luiz Leite, Conselheiro Titular Representante da Força Sindical; Geraldo Ramthun, Conselheiro Titular Representante da NCST; Lindolfo Luiz dos Santos Neto, Conselheiro Titular Representante da CGTB; Caio Mario Álvares, Conselheiro Titular Representante da CNT; José Adir Loiola, Conselheiro Suplente Representante da CNS - Serviços; Sebastião Antunes Duarte, Conselheiro Suplente Representante da CNTur, e, Alexandre Venzon Zanetti, Conselheiro Suplente Representante da CNS - Saúde. **Convidados:** Elietti de Souza Vilela, Representante do FONSET.

1 Aos trinta dias do mês de outubro de dois mil e treze, no Edifício-Sede do Ministério do Trabalho e
2 Emprego, teve início a Centésima Vigésima Primeira Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo do
3 Fundo de Amparo ao Trabalhador - CODEFAT, sob a direção do Presidente e Conselheiro Titular
4 Representante da CUT, Sr. Quintino Marques Severo. **I – ABERTURA:** O Presidente cumprimentou
5 os presentes, dando as boas vindas ao Conselheiro Suplente da CNS – Serviços, Sr. José Adir Loiola,
6 que participava pela primeira de uma reunião do CODEFAT. Na sequência, o Presidente passou ao
7 subtópico **I-a - Relato, pelo Secretário-Executivo do CODEFAT, sobre a 119ª Reunião Ordinária**
8 **do GTFAT, realizada em 23 de outubro de 2013.** O Secretário-Executivo do CODEFAT, Sr.
9 Rodolfo Péres Torelly, relatou as principais considerações apresentadas na 119ª RO-GTFAT: i)
10 Proposta de Resolução nº 511, que dispõe sobre a utilização de recursos do FAT no âmbito do
11 Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado – PNMPO – registrou que a proposta fora
12 acatada pelo grupo técnico, sendo suas dúvidas esclarecidas; ii) Proposta de Resolução que estabelece
13 critérios para distribuição de recursos da ação, Manutenção, Modernização e Ampliação da Rede de
14 Atendimento do Programa Seguro-Desemprego no âmbito do Sistema Nacional de Emprego – SINE,
15 para execução integrada das ações do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda, no âmbito do
16 SINE – informou que houve sugestões de alterações na redação, por parte dos Representantes do MF e

17 da CUT, relatando que a área técnica promoveu as devidas alterações, cuja nova versão seria
18 submetida ao CODEFAT; e, iii) Discussão sobre as propostas das entidades que compõem o GTFAT
19 de medidas com vistas à reversão do desequilíbrio financeiro apresentado pelo FAT - relatou que as
20 propostas seriam agrupadas por tipos de encaminhamento para discussão na reunião do GTFAT de
21 20.11.2013, ressaltando que os representantes do Grupo teria até o dia 11.12.2013 para concluir as
22 propostas a serem encaminhadas para a última reunião do CODEFAT em 2013. O Conselheiro Titular
23 Representante da NCST, Sr. Geraldo Ramtun, solicitou um aparte para informar que o Conselheiro da
24 CTB, Sr. Joílson Antônio Cardoso do Nascimento, justificara sua ausência em razão de uma reunião
25 em São Paulo. O Conselheiro Titular Representante da Força Sindical, Sr Sérgio Luiz Leite, informou
26 que o Conselheiro da UGT, Sr. Francisco Canindé Pegado do Nascimento, justificara sua ausência em
27 razão de outro compromisso em Brasília no mesmo dia e horário da presente reunião. Na sequência, o
28 Presidente passou ao tópico **II – APROVAÇÃO DE ATA: ITEM 1 – Ata da 120ª Reunião**
29 **Ordinária, realizada em 18 de agosto de 2013.** O Presidente indagou se havia alguma observação. O
30 Conselheiro Suplente Representante do MF, Sr. Manoel Joaquim de Carvalho Filho, solicitou correção
31 na linha 192 da Ata em questão, alterando o valor do aporte do Tesouro Nacional de R\$10 bilhões para
32 R\$6 bilhões, ressaltando que o Conselheiro do MF haviam se equivocado sobre o valor na última
33 reunião. O Presidente indagou se havia mais alguma manifestação, em não havendo, considerou
34 aprovada a Ata em referência. Em seguida, passou ao tópico **III – ASSUNTOS PARA**
35 **DELIBERAÇÃO: ITEM 2 - Suspensão de aplicação de recursos dos depósitos especiais do FAT**
36 **no BNB.** O Titular da Coordenação-Geral de Recursos do FAT – CGFAT/SPOA/SE/MTE, Sr. Paulo
37 César Bezerra de Souza, apresentou a Nota Técnica nº 150-CGFAT/SPOA/SE/MTE, de 14 de outubro
38 de 2013, que registrava divergência de entendimento sobre a apropriação de remunerações de depósitos
39 especiais do FAT pelo Banco do Nordeste do Brasil – BNB, ressaltando que não houve entendimento
40 comum entre as Consultorias Jurídicas do MTE e do BNB a respeito do assunto, razão pela qual a
41 questão deveria ser encaminhada à Câmara de Conciliação da Advocacia-Geral da União para
42 apreciação. Relatou que diante da controvérsia, a CGFAT estava submetendo à deliberação do
43 CODEFAT a suspensão de aplicação de recursos dos depósitos especiais do FAT no BNB. Informou
44 que a CGFAT solicitou manifestação da Consultoria Jurídica do MTE sobre o assunto, a qual concluiu
45 que a interpretação da CGFAT encontrava-se de acordo com a legislação aplicada a espécie. Discorreu
46 que a CGFAT, diante do processo de segregação de contas, havia suspenso, temporariamente, o
47 repasse de depósitos especiais no valor de R\$6 milhões efetuado pelo BNB. O Presidente questionou
48 qual o valor do montante de recursos da PDE aplicados no BNB e se a suspensão se referia a todas as
49 linhas de crédito. O Coordenador-Geral da CGFAT informou que o saldo de recursos da PDE aplicado
50 em todas as linhas de crédito operadas pelo BNB, ao final de agosto do corrente, registrava o montante

51 de R\$576 milhões. Quanto à suspensão de recursos, informou que se aplicaria a todas as linhas de
52 crédito do FAT no BNB. Na sequência, o Presidente abriu as inscrições para manifestação. O
53 Representante do MF observou que a Nota Técnica estava propondo encaminhamento do assunto para
54 a AGU, e não para a suspensão dos recursos. Indagou se já houve suspensão de recursos para outras
55 instituições financeiras oficiais federais. O Coordenador-Geral da CGFAT explicou que a suspensão de
56 recursos estava prevista na Resolução da segregação de contas, ressaltando que o CODEFAT já havia
57 deliberado em outra ocasião, pela suspensão de recursos para o Banco do Brasil - BB e para a Caixa
58 Econômica Federal - CAIXA. Informou que o BB havia atendido as demandas e voltado a receber
59 recursos, enquanto a CAIXA continuava impedida de receber recursos, já tendo sinalizado que
60 atenderia as demandas para reverter esta suspensão. A Conselheira Titular Representante do BNDES,
61 Sra. Elba Cristina Lima Rego, observou que o BNB não estava questionando a inadimplência, e sim a
62 questão da taxa de retorno, com o BNB entendendo que somente na data de vencimento das parcelas e
63 que deveria retornar o recurso para o FAT. O Coordenador-Geral da CGFAT explicou que uma vez
64 baixada à operação, não haveria parcelas a vencer. O Conselheiro Suplente Representante da CNS -
65 Saúde, Sr. Alexandre Venzon Zanetti, observou que o assunto seria complexo, com o BNB entendendo
66 que somente após receber do cliente e que remuneraria o FAT. O Presidente sugeriu aprovação da
67 suspensão de recursos e o encaminhamento do assunto à Câmara de Conciliação da AGU. O Vice-
68 Presidente do CODEFAT e Conselheiro Titular Representante do MTE, Sr. Silvani Alves Pereira,
69 destacou que era claramente demonstrado nos instrumentos normativos que os recursos do FAT seriam
70 remunerados pela SELIC enquanto não tivesse mais aplicado com o cliente. Observou que inclusive
71 juridicamente não pairava muita dúvida sobre isso, sendo que certo a partir do momento em que a
72 operação era vencida, ela deixava de existir nos registros do banco como operação ativa e passava a
73 figurar como perdas, inclusive com apropriação em balanço desse valor. Assinalou que se manifestava
74 favorável à suspensão imediata de recursos da PDE para o BNB, pois entendia que uma vez baixada à
75 operação o recurso deveria retornar ao FAT. O Presidente colocou em votação os seguintes
76 encaminhamentos: a) suspensão imediata de recursos; e, b) suspensão de recursos após posicionamento
77 da Câmara de Conciliação da AGU, registrando que o primeiro encaminhamento contou com o voto da
78 maioria dos Conselheiros. O Presidente indagou se havia mais alguma manifestação, em não havendo,
79 declarou aprovada a suspensão imediata de recursos da PDE para o BNB, registrando voto contrário
80 dos Conselheiros do MF, BNDES e Força Sindical. Na sequência, o Presidente passou ao **ITEM 3 -**
81 **Proposta de Resolução que altera a de n.º 511, de 18 de outubro de 2006, que dispõe sobre a**
82 **utilização de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT no âmbito do Programa**
83 **Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado – PNMPO.** A Titular da Coordenação-Geral de
84 Emprego e Renda – CGER/DES/SPPE/MTE, Sra. Lucilene Estevam Santana, ressaltou que a proposta

85 em tela visava promover as seguintes alterações: I) aumentar o teto financiável para pessoas físicas e
86 jurídicas – de até R\$10.000,00 (dez mil) por operação para até R\$15.000,00 (quinze mil) por operação,
87 a fim de adequar o teto à Resolução CMN nº 4.000, de 25/08/2011; e, II) estender o prazo de carência –
88 de até 96 meses, incluídos até 24 meses de carência, para até 96 meses, incluídos até 60 meses de
89 carência, com o objetivo de ampliar o quantitativo de instituições que poderiam obter recursos para
90 trabalhar em segundo piso. Explanou que essa carência não seria para operação direta realizada pelo
91 banco, mas para aquela operação de financiamento de *funding* para as instituições menores, não
92 implicando em alteração nos prazos de reembolso automático de recursos que o BNDES teria que fazer
93 junto ao FAT, cujos prazos permaneceriam inalterados. A Coordenadora-Geral da CGER finalizou,
94 destacando as ações que contemplariam a agenda do PNMPO: i) retomada do Comitê Gestor do
95 Programa – composto por MTE, MF e MDS; ii) realização de estudos de mapeamento das instituições
96 habilitadas ao programa; iii) aprimoramento dos processos de captação de informações e habilitação
97 das instituições; e, iv) trabalhos de supervisão das aplicações em depósitos especiais. O Presidente
98 questionou se o prazo de carência seria concedido às instituições de crédito ou ao tomador final, com a
99 Coordenadora-Geral da CGER esclarecendo que seria para as instituições de crédito. Na sequência, o
100 Presidente abriu as inscrições para manifestação. O Representante da Força Sindical solicitou
101 justificativa para o aumento do prazo de carência, que passava de 24 meses para 60 meses. A
102 Coordenadora-Geral da CGER esclareceu que as instituições de segundo piso eram, em sua maioria,
103 cooperativas de crédito, as quais necessitavam de um prazo maior para fazer girar os recursos. A
104 Conselheira do BNDES destacou que o Banco já havia desembolsado com recursos próprios, a partir de
105 2006, cerca de R\$700 milhões para o PNMPO, ressaltando que o prazo maior de carência se fazia
106 necessário para atingir o público pretendido. O Presidente indagou se havia mais alguma manifestação,
107 em não havendo, considerou aprovado o Item em tela. Em seguida, o Presidente passou ao **ITEM 4-**
108 **Proposta de Resolução que estabelece critérios para distribuição de recursos da ação**
109 **“Manutenção, Modernização e Ampliação da Rede de Atendimento do Programa Seguro-**
110 **Desemprego no âmbito do Sistema Nacional de Emprego – SINE”, para execução integrada das**
111 **ações do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda, no âmbito do Sistema Nacional de**
112 **Emprego - SINE, e dá outras providências.** A Assessora Técnica do Departamento de Emprego e
113 Salário - DES/SPPE/MTE, Sra. Sinara Neves Ferreira, relatou que a distribuição dos recursos para o
114 SINE se daria, especialmente, a partir da verificação de dados de execução física dos convenientes e de
115 resultados do Estudo de Custos do SINE, realizado pela Universidade de Brasília – UnB, e sua
116 respectiva metodologia de cálculo dos custos. Ponderou que a distribuição de recursos ocorreria com a
117 adoção de critérios mais objetivos e com parâmetros técnicos, indo ao encontro das recomendações e
118 determinações exaradas pelo Tribunal de Contas da União - TCU. Declarou que a proposta de cálculo

119 para distribuição do recurso observaria as seguintes questões: i) considerar o resultado físico das
120 atividades nos últimos 12 meses; ii) dados disponíveis na base de gestão atualmente: inscritos,
121 verificação de oportunidades, encaminhamentos, convocação, e requerimentos do seguro-desemprego;
122 iii) o tempo de cada convenente, para cada atividade, será a multiplicação da execução física pelo
123 tempo médio de cada atividade; iv) o tempo total de cada convenente será o somatório do tempo de
124 cada atividade; v) o valor a ser distribuído a cada convenente será a multiplicação do tempo total pelo
125 custo por minuto de atendimento R\$ 0,3345 (trinta e três centavos); e, v) o recurso total a distribuir
126 para todos os convenentes será o somatório dos valores de cada convenente, calculados no item
127 anterior. A Assessora Técnica do DES finalizou, destacando que, considerando a disponibilidade de
128 recursos, em havendo recursos totais a distribuir num montante menor que o resultado encontrado com
129 base no custo de atendimento por minuto (R\$ 0,3345), seria aplicado para todos os convenentes, o
130 percentual do recurso disponível, em relação ao custo total. O Presidente registrou a chegada do
131 Conselheiro Titular Representante do MF, Sr. Marcus Pereira Aucélio, o qual tomaria assento à mesa
132 no lugar do Conselheiro Suplente do MF. Em seguida, o Presidente abriu as inscrições para
133 manifestação. O Conselheiro da Força Sindical indagou se as alterações contemplariam os municípios e
134 as entidades privadas sem fins lucrativos. A Assessora Técnica do DES esclareceu que a presente
135 Resolução tratava exclusivamente da distribuição de recursos entre os convenentes, os quais estariam
136 todos preservados. O Conselheiro da Força Sindical declarou que considerava importante, nesse
137 período, as renovações dos convênios com os Estados, Municípios e entidades privadas sem fins
138 lucrativos, com vistas a buscar maiores recursos no orçamento em 2014 para fortalecer a Rede SINE.
139 Ressaltou que os postos da Previdência Social contavam com cerca de R\$800 milhões para custeio da
140 sua rede de atendimento, enquanto o MTE dispunha de apenas R\$90 milhões para custeio da Rede
141 SINE. O Vice-Presidente ressaltou o expediente do TCU encaminhado ao Secretário-Executivo do
142 MTE, dando prazo de 60 dias para atendimento das recomendações, especialmente quanto aos critérios
143 de distribuição dos recursos. Destacou que o Ministro do Trabalho e Emprego, Sr. Manoel Dias, desde
144 que assumiu a pasta do MTE, vinha adotando ações para buscar fortalecer a Rede SINE. Observou que
145 a municipalização, ocorrida no passado recente, acabou causando alguns conflitos entre estados e
146 municípios. Afirmou que a UnB elencou 14 critérios, sendo que foram escolhidos os cinco mais
147 relevantes. Assinalou que a proposta seria utilizar esses critérios para os próximos quatro meses, e a
148 partir de abril de 2014 buscar executar o recurso do orçamento dentro do exercício, o que não vinha
149 ocorrendo. Informou que estava sendo implantado, no Portal Mais Emprego, o Sistema Nacional de
150 Informações da Educação e Profissional e Tecnológica - SisTec, sistema do Ministério da Educação
151 para informações relativas ao Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego –
152 PRONATEC. O Presidente registrou que o CODEFAT sempre buscava fortalecer o tripé do seguro-

153 desemprego, apontando que considerava importante esse passo de integração do PRONATEC com o
154 Portal Mais Emprego, no sentido de fortalecer a Rede SINE. A Coordenadora do SINE, Sra. Ivana
155 Lúcia Zillig de Paiva e Souza, explicou que as adesões ao Convênio Plurianual do SINE - CPSine
156 foram assinadas em 2012, a grande maioria no mês de dezembro, ressaltando que a idéia seria
157 prorrogar a execução do CPSine por até 4 meses. O Secretário-Executivo do CODEFAT observou que
158 os postos do SINE que apresentassem maior eficiência receberiam mais recursos que os demais.
159 Informou que havia recebido um técnico do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, o qual
160 havia apresentado proposta de aplicação de 3% do orçamento do FAT para a Rede SINE, ressaltando
161 que atualmente o recurso representava cerca de 0,2%. A Representante do FONSET, Sra. Elietti de
162 Sousa Vilela, arrazoou que seria importante qualificar a Rede SINE a fim de que todos se tornassem
163 aptos a receber os recursos do FAT. Ponderou que o ideal teria sido discutir os critérios da presente
164 proposta de Resolução conjuntamente com o FONSET. O Vice-Presidente registrou que considerava a
165 proposta de Resolução em tela um passo importante para a melhoria da Rede SINE, acrescentando que
166 seria necessário avaliar posteriormente os seus resultados. O Presidente indagou se havia mais alguma
167 manifestação, em não havendo, considerou aprovado o Item em tela. Prosseguindo, passou para o
168 tópico **IV – APRESENTAÇÃO: ITEM 5 - Tema: Nova Metodologia da Pesquisa de Emprego e**
169 **Desemprego, pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos –**
170 **DIEESE**. O Representante do DIEESE, Sr. Clemente Ganz Lúcio, informou que havia sido realizado
171 um estudo profundo sobre a questão da rotatividade de mão de obra, destacando que um bom sistema
172 de Intermediação de Mão de Obra - IMO poderia contribuir bastante para reduzir a alta rotatividade de
173 trabalhadores no Brasil. Relatou que a Nova PED, em 2014, seria informatizada, com os
174 entrevistadores portando tablets, o que implicaria em economia de cerca de 30% de recursos e a
175 agilização das informações, com a disponibilização dos dados na página do MTE. Colocou-se a
176 disposição para a realização de uma oficina, com todas as entidades representadas no CODEFAT, para
177 apresentação da nova PED. Explicou que a proposta seria tornar a PED um instrumento complementar
178 de subsídio às políticas públicas de emprego, trabalho e renda. Relatou que o Sistema PED contava
179 com um orçamento anual da ordem de R\$24 milhões, sendo uma parte recursos do FAT e a outra do
180 Estado, acrescentando que a PED era aplicada em sete regiões metropolitanas, contemplando 147
181 municípios. O Presidente abriu as inscrições para manifestação. A Conselheira do BNDES indagou se a
182 PED continuaria sendo aplicada nas mesmas regiões metropolitanas. O Representante do DIEESE
183 informou que a proposta seria manter as mesmas regiões metropolitanas, ressaltando que já havia
184 chegado ao MTE uma solicitação de Belém/PA para aplicação da PED. O Secretário-Executivo do
185 CODEFAT observou que o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - CAGED vinha
186 mostrando diferença no emprego na área metropolitana e no interior, indagando se a nova PED

187 verificaria essa questão. O Representante do DIESSE esclareceu que a nova PED ainda não estava
188 fechada, ressaltando que seria realizado pré-testes dos questionários, havendo possibilidade de efetuar
189 alterações, haja vista que levaria cerca de um ano para finalizar o questionário. O Representante do
190 DIEESE propôs a realização de uma oficina, com a participação de equipes técnicas das organizações
191 de empregadores e das centrais sindicais, onde o DIEESE poderia apresentar temas complementares
192 para serem desenvolvidos. O Presidente sugeriu uma apresentação do DIEESE ao GTFAT, com o
193 intuito de iniciar um debate, acrescentando que novos atores poderiam surgir nesse processo. O
194 Conselheiro da Força Sindical informou que precisaria regressar a São Paulo para tratar de negociação
195 salarial, de modo que não poderia retornar após o almoço. Sugeriu que houvesse outras oportunidades
196 para debater a questão do Item 8 da Pauta, relativa a utilização do patrimônio do FAT, manifestando-se
197 contrário a essa ação. O Conselheiro Suplente Representante da CNS - Serviços, Sr José Adir Loiola,
198 informou que também não poderia retornar após o almoço, haja vista compromisso em São Paulo. Em
199 seguida, o Presidente declarou intervalo de 90 minutos para o almoço. Retomando os trabalhos, o
200 Presidente voltou à sequência da pauta, passando para o **ITEM 6 - Tema: Aplicação das**
201 **disponibilidades financeiras do FAT no Fundo de Investimento Financeiro Curto Prazo, BB-**
202 **EXTRAMERCADO, pelo Banco do Brasil/BB-DTVM**. O Economista do BB DTVM, Sr. Paulo
203 Mazzoni, destacou que o primeiro semestre foi bastante desafiador, com um comportamento negativo
204 no mercado de renda fixa e no mercado de riscos, acrescentando que o BB acreditava que o segundo
205 semestre seria marcado por um ambiente mais favorável em termos de economia internacional.
206 Esclareceu que a perspectiva para a economia brasileira, ao longo de 2014, apesar de sinais mais
207 positivos advindos da economia internacional, seria pessimista, pois ainda havia ausência de sinais de
208 reparação mais consistentes por parte do Governo Federal, citando o aumento da inflação e a elevação
209 do déficit público. O Representante da BB-DTVM, Sr. Luiz Aires de Souza Fonseca, destacou que os
210 últimos meses foi um período muito ruim para o mercado de fundos em geral, inclusive para o FAT
211 Extramercado, que sofreu uma redução significativa de patrimônio, em torno de 15% nos últimos seis
212 meses, chegando ao final de setembro em torno de R\$28 bilhões. Observou que a carteira do FAT,
213 montada com adequações à Resolução do Banco Central, estava composta por 76,05% em NTN-B, que
214 formava o índice IMA-B, os quais eram títulos mais longos e, portanto, mais voláteis, acrescentando
215 que esses papéis foram, na verdade, os grandes responsáveis pelo desempenho mais fraco do Fundo nos
216 últimos meses. Destacou que os demais títulos da carteira estavam distribuídos entre LTN e NTN-F, os
217 quais formavam o índice IRF-M1, sendo esses títulos mais curtos. Registrou que os títulos IMA-B
218 tinham vencimentos que iam desde 2014 até 2050, observando que grande parte da carteira do FAT
219 Extramercado estava investida em títulos com vencimento bem longo. Explicou que a partir de maio
220 houve aceleração da pressão altista da curva de juros, o que causou forte impacto na rentabilidade dos

221 títulos, principalmente de longo prazo. Informou que a rentabilidade acumulado do Fundo em 2012 foi
222 de 20,01%, resultante de cenário favorável para o mercado de juros, principalmente títulos de longo
223 prazo e performance acima de 238% do CDI no ano. O Representante da BB-DTVM finalizou,
224 assinalando que o FAT Extramercado, segundo posição de 30.09.2013, apresentava rentabilidade
225 negativa de 5,05%, o que indicava um forte impacto na rentabilidade do Fundo em comparação ao
226 CDI, mas em linha com os subíndices Anbima. O Presidente abriu as inscrições para manifestação. O
227 Conselheiro Titular Representante do MF, Sr. Marcus Pereira Aucélio, ponderou que a amostra da
228 evolução apresentada foi de outubro de 2012 em diante, ressaltando que se contemplasse um prazo
229 maior o cenário talvez fosse mais favorável. Arrazoou que sentiu falta de informação sobre a taxa de
230 administração do Fundo, o que implicava em custos para o FAT. O Vice-Presidente observou que o
231 MTE vislumbrava um cenário econômico mais favorável, com geração de emprego. Indagou de quem
232 havia sido a decisão de aplicar em títulos de tão longo prazo, de 50 anos. O Representante da BB-
233 DTVM esclareceu que em fevereiro de 2012, o Conselho Monetário Nacional - CMN estabeleceu que
234 IMA-B seria aplicações de até 50 anos. Informou que a taxa de administração havia sido reduzida para
235 0,1% ao ano. O Coordenador-Geral da CGFAT complementou, destacando que em função da
236 determinação do CMN, e para proteger o patrimônio do FAT, foi decidido investir 10% em título de
237 curto prazo e 90% em título de longo prazo (IMA-B). O Conselheiro Titular Representante da CGTB,
238 Sr. Lindolfo Luiz dos Santos Neto, assinalou que a projeção de baixo índice de crescimento do PIB iria
239 na contramão do desejado, estimulando o crescimento da taxa de juros e a entrada de capital
240 estrangeiro, implicando em desindustrialização nacional. Ponderou que deveriam trabalhar no sentido
241 de mudar essa lógica, pois os parâmetros sufocavam a economia. O Presidente indagou se havia mais
242 alguma manifestação, em não havendo, passou ao **ITEM 7 - Tema: Execução da linha de crédito
243 especial FAT – TAXISTA, pelo Banco do Brasil**. A Representante do Banco do Brasil, Sra. Paula
244 Luciana, destacou que a linha FAT Taxista foi desenvolvida e lançada pelo Banco do Brasil no final do
245 ano de 2009, acrescentando que em 2010 foi elaborada uma série de estratégias no Banco para
246 incentivar a referida linha. Informou que atualmente a linha possui uma carteira na ordem de R\$192
247 milhões, devendo fechar o próximo ano com R\$240 milhões de saldo de carteira, destacando que o BB
248 havia colocado suas superintendências estaduais para divulgar a linha de crédito junto às cooperativas
249 de taxis, tendo gerado bons resultados. Informou que a taxa de inadimplência da linha era bem
250 pequena, em torno de 1%, com atraso de 90 dias. A Coordenadora-Geral da CGER complementou,
251 destacando que a sustentabilidade do FAT afetava o trabalhador, considerando importante o
252 investimento na linha de crédito em referência. O Presidente abriu as inscrições para manifestação. O
253 Conselheiro do MF indagou qual a taxa de juros cobrada pela linha, ao que o Representante do BB, Sr.
254 Flávio Alvim, informou que a taxa correspondia a 0,75% ao mês, ou seja, TJLP mais 4% ao ano. O

255 Conselheiro Suplente Representante da CNTur, Sr. Sebastião Antunes Duarte, solicitou que o BB
256 verificasse a possibilidade de atender à linha FAT Motofrete, ao que a Representante do BB informou
257 que o Banco estudaria essa questão. O Presidente indagou se havia mais alguma manifestação, em não
258 havendo, passou ao tópico **V - ASSUNTOS PARA DISCUSSÃO: ITEM 8 - Tema: Utilização de**
259 **patrimônio do FAT para pagamento de benefício do Abono Salarial e do Seguro-Desemprego,**
260 **pela Coordenação-Geral de Recursos do FAT – CGFAT/SPOA/SE/MTE.** O Coordenador-Geral da
261 CGFAT destacou que o CODEFAT havia aprovado a proposta orçamentária do FAT para 2013 no
262 montante de R\$62,8 bilhões, tendo sido aprovada na Lei Orçamentária Anual – LOA/2013 o montante
263 de 57,5 bilhões. Relatou que projeções de outubro do corrente apontavam receitas de R\$53,8 bilhões e
264 obrigações de R\$63,05 bilhões, cabendo destacar dispêndio da ordem de R\$31,9 bilhões para
265 pagamento do benefício do seguro-desemprego, valor este superior em R\$6,7 bilhões aprovado na
266 LOA/2013, e de R\$14,7 bilhões para pagamento do Abono Salarial. Registrou que para fazer frente as
267 obrigações, o MTE havia solicitado à SOF/MP créditos suplementares e fontes de recursos do Tesouro
268 Nacional para cobrir necessidades orçamentárias e financeiras, a qual indicou a utilização de
269 patrimônio do FAT como fonte de recursos. O Presidente abriu as inscrições para manifestação. A
270 Conselheira do BNDES questionou se estavam sendo utilizados recursos do FAT Extramercado. O
271 Coordenador-Geral da CGFAT respondeu que o MTE estava usando recursos até o limite mínimo da
272 reserva de liquidez do FAT, a partir do qual solicitariam o retorno do FAT Constitucional. A
273 Conselheira do BNDES indagou se haveria possibilidade de remanejamento de recursos dos depósitos
274 especiais, conforme demanda apresentada pelo Banco, ao que o Coordenador-Geral da CGFAT
275 informou que a demanda do BNDES estava sendo analisada com atenção, ressaltando que a CGFAT
276 zelava pelo patrimônio do FAT. O Presidente declarou que considerava preocupante a não aplicação de
277 recursos na PDE, pois tiraria investimentos da economia, da geração de emprego, trabalho e renda.
278 Relatou a necessidade de se buscar marcar uma agenda com o Governo Federal para tratar do
279 patrimônio do FAT, ressaltando que a perspectiva atual indicava que o FAT ficaria apenas para
280 pagamento de benefícios do seguro-desemprego e do abono salarial, o que não seria aceitável. O
281 Conselheiro da NCST manifestou preocupação com as contas do FAT. O Secretário-Executivo do
282 CODEFAT ponderou que o GTFAT estava discutindo alternativas para equilibrar as contas do Fundo,
283 ressaltando que o CODEFAT precisaria deliberar sobre o assunto em sua última reunião do ano. O
284 Conselheiro da CGTB arrazoou que seria preciso encontrar solução que não implicasse em corte de
285 investimentos. O Conselheiro do MF enfatizou que o debate sobre o assunto iria ao encontro do
286 acórdão do TCU, ressaltando que as projeções das receitas se mostravam frustradas, enquanto as
287 despesas apresentavam crescimento substancial. Observou que no mês de dezembro deveria ser
288 encaminhada proposta de equilíbrio de contas, havendo a necessidade de debater as despesas, pois não

289 poderiam contar sempre com complementação de recursos do Tesouro Nacional. O Vice-Presidente
290 avaliou que o cenário que se desenhava comprometeria o PROGER e o PNMPO, acrescentando que
291 havia uma discussão na Casa Civil a respeito do seguro-desemprego pescador artesanal, que
292 apresentava características distintas das demais modalidades de seguro-desemprego. Ressaltou que a
293 determinação do TCU sujeitava todos os Conselheiros, sendo importante dar uma resposta sobre o
294 assunto. O Presidente relatou que o CODEFAT reconhecia que as receitas tinham sido frustradas, e que
295 as despesas estavam maiores que as projetadas, ressaltando, no entanto, que o Conselho não tinha
296 governança sobre nenhuma delas. Ponderou que na reunião de dezembro o CODEFAT deveria
297 responder ao Acórdão do TCU sobre medidas visando o equilíbrio das contas do FAT. O Vice-
298 Presidente solicitou, a pedido do Ministro, que o CODEFAT indicasse a participação de dois
299 Conselheiros, ou técnicos, para discutir e participar do Grupo de Trabalho da Rede SINE, registrando
300 que a primeira reunião do Grupo ocorreria nos dias 12 e 13 de novembro do corrente, em Brasília. O
301 Presidente informou que consultaria, via Secretaria Executiva do CODEFAT, as Bancadas dos
302 Trabalhadores e dos Empregadores para que cada uma indicasse um representante. Informou que
303 encaminharia aos Conselheiros, via mensagem eletrônica, resposta do Ministério da Fazenda a respeito
304 de divergência nas informações sobre desonerações de tributos. Na sequência, o Presidente passou para
305 o tópico **VI – OUTROS ASSUNTOS: ITEM 8 - Entrega dos seguintes documentos: i) Boletim de**
306 **Informações Financeiras do FAT – 4º Bimestres/2013; ii) Periódico INFORME PROGER –**
307 **Dados de agosto de 2013; e, iii) Relatórios (Execução da PDE – REL-PDE e Resultados da**
308 **Intermediação de Mão de Obra – IMO).** O Presidente informou que os documentos em referência se
309 encontravam na mídia digital distribuída a cada Conselheiro no início dos trabalhos.
310 **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar e esgotada a Pauta, o Presidente deu por encerrada a
311 reunião, agradecendo a presença de todos. E, para constar, eu, Rodolfo Péres Torelly, Secretário-
312 Executivo do CODEFAT, lavrei a presente Ata que, após aprovada, será assinada pelo Presidente do
313 CODEFAT, demais membros do Colegiado e por mim.

QUINTINO MARQUES SEVERO
Presidente do CODEFAT e
Conselheiro Titular Representante da CUT

SILVANI ALVES PERERIRA
Vice-Presidente do CODEFAT e
Conselheiro Titular Representante do MTE

RODOLFO PÉRES TORELLY
Secretário-Executivo do CODEFAT

Continuação da Ata da 121ª Reunião Ordinária do CODEFAT

MARCUS PEREIRA AUCÉLIO
Conselheiro Titular Representante do MF

VERA LÚCIA DE OLIVEIRA
Conselheira Titular Representante do MAPA

MANOEL JOAQUIM DE CARVALHO FILHO
Conselheiro Suplente Representante do MF

ROGÉRIO NAGAMINE COSTANZI
Conselheiro Suplente Representante do MPS

JOÃO LUIZ GUADAGNIN
Conselheiro Suplente Representante do MDA

ELBA CRISTINA LIMA REGO
Conselheira Suplente Representante do BNDES

SÉRGIO LUIZ LEITE
Conselheiro Titular Representante da Força Sindical

GERALDO RAMTHUN
Conselheiro Titular Representante da NCST

LINDOLFO LUIZ DOS SANTOS NETO
Conselheiro Titular Representante da CGTB

CAIO MARIO ALVARES
Conselheiro Titular Representante da CNT

JOSÉ ADIR LOIOLA
Conselheiro Suplente Representante da CNS - Serviços

SEBASTIÃO ANTUNES DUARTE
Conselheiro Suplente Representante da CNTur

ALEXANDRE VENZON ZANETTI
Conselheiro Suplente Representante da CNS-Saúde
